

ESPERANÇAS E DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TERRA FIRME EM UBERLÂNDIA - MG

Zimbábwe Osório-Santos¹, Cristiane Betanho¹, Adriane de Andrade Silva¹

¹ Centro de Economia Popular e Solidária (CIEPS) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG; adriane@ufu.br

RESUMO: O Projeto de Assentamento (PA) Terra Firme é resultante de um processo de 20 anos de luta das famílias, entretanto estas ainda não são detentoras do título de posse da terra. O presente estudo foi realizado como parte de um projeto de extensão da Universidade Federal de Uberlândia que buscou criar para o PA um Estudo de Capacidade e Geração de Renda (ECGR). Duas visitas foram realizadas ao assentamento para a elaboração do ECGR, nas quais os pesquisadores/extensionistas coletaram dados por meio de grupos focais, nos quais os assentados expressaram suas expectativas e preocupações com relação ao processo de regularização da posse bem como das potencialidades de geração de renda. Para compreender as percepções dos assentados, os materiais produzidos (escritos, áudios, notas de campo) foram submetidos a uma análise de conteúdo. Destacou a necessidade de união entre os assentados e estratégias para a promoção da mesma. Nossos resultados sugerem que o ECGR trouxe esperança para os assentados de um desfecho positivo com relação a regularização das áreas. No âmbito da geração de renda as dificuldades enfrentadas pelos assentados incluem a falta de título de posse, que impede o acesso a políticas públicas e a comercialização legal de produtos agrícolas. Este trabalho contribui para a compreensão das complexidades do processo de reforma agrária e a importância de uma abordagem integrada para fortalecer os assentamentos rurais no Brasil.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Agricultura Familiar, Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

A criação de assentamentos rurais é um importante instrumentos de desconcentração fundiária, e tem sido associada a aspectos positivos no território como quanto de geração de ocupação e renda, gerando demanda no comércio local, demanda por credito e produção de alimentos (FERREIRA NETO *et al.*, 2012). Entretanto os estabelecimentos dos assentamentos rurais são marcados por tensões e desafios. Muitos dos assentamentos se iniciam como acampamentos como forma de pressionar o poder público, no qual os acampantes se encontram sujeitos ao ricos da fome, intempéries climáticos, violências por parte das forças regulares (ou não) de repressão, bem como risco de reintegração da área ocupada (MACEDO, 2005). Essas experiencias fazem com que os assentados da reforma agrária tenham um contexto social diferente da maioria dos agricultores familiares não assentados, porém essas diferenças e como

elas afetam o sistema produtivos ainda carecem de estudo. Neste estudo qualitativo, resultado de um trabalho de extensão vinculado à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), buscou-se compreender as percepções dos assentados sobre suas condições atuais e expectativas futuras, além de avaliar as potencialidades e limitações para a geração de renda. Nosso território abrangeu o Projeto de Assentamento (PA) Terra Firme, localizado no município de Uberlândia.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo qualitativo é resultado de um trabalho de extensão as informações foram coletadas para a elaboração de um Estudo de Capacidade e Geração de Renda (ECGR) com o objetivo de apoiar as famílias assentadas no PA Terra Firme, portanto não requerendo a aprovação no comitê de ética.

Análise dos dados

Todos os materiais transcritos das entrevistas foram submetido a uma análise de conteúdo seguindo os passos de leitura flutuante do material, criação de categorias e interpretação dos resultados (Sousa; Santos, 2020). Os temas mais abordados foram representados graficamente através da construção de uma nuvem de palavras utilizando a função Word Cloud Generator do site <https://monkeylearn.com>.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Histórico do PA Terra Firme

A formação do PA Terra Firme começou com a criação do Projeto de Assentamento Valci dos Santos, também localizado no município de Uberlândia. Famílias que não foram destinadas a esse projeto de assentamento criaram um acampamento às margens da Rodovia MGC 455, em 2004. As famílias permaneceram acampadas enquanto o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) realizava vistorias e perícias em outras propriedades demandadas para a reforma agrária na região. Em 2007, o INCRA declarou o Imóvel Fazenda Cabaças como improdutivo. Frente a essa decisão, as famílias que estavam acampadas às margens da rodovia MGC 455 ocuparam a fazenda. Após a ocupação, o movimento sofreu diversas reintegrações de posse, resultando em várias mudanças. Somente em 2014 iniciou-se o processo de compra do imóvel pelo INCRA, após uma proposta de venda dos proprietários.

Em 2014, foi realizado um estudo de geração de renda do imóvel, que foi finalizado e entregue em 2015 para a Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamento do INCRA SR-06. Este processo culminou com a compra do imóvel pelo INCRA em 2016. No ano de 2020, as próprias famílias residentes na propriedade realizaram o georreferenciamento, a demarcação e divisão dos lotes. Somente em 2023 ocorreu a criação definitiva do Projeto de Assentamento Cabaças, oficializado pela publicação da Portaria Nº 153 do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), publicada no Diário Oficial da União em 16 de agosto de 2023. No mesmo ano, houve a alteração do nome do PA para Terra Firme. Embora muitas das famílias residam em seus respectivos lotes, elas ainda não possuem legalmente a posse destes, uma vez que a posse é concedida somente mediante processo seletivo realizado pelo INCRA. O edital deste processo seletivo ainda não foi realizado.

Durante a primeira visita, a união foi um tema muito saliente (Figura 1a), presente em 11 das 37 folhas de papel analisadas. Nas falas dos assentados, a união entre eles precisa ser fortalecida como uma forma de alcançar objetivos comuns.

“A união, nós está uma pra cá outro pra lá, mas todo mundo aqui tem sonho e o único jeito desse sonho ser realizado é a união, mas como é que une?” (Participante 1)

Uma análise das notas de campo evidencia que os assentados descrevem um enfraquecimento da união com a divisão da propriedade em lotes e consequente ocupação destes pelas famílias. As intervenções feitas pelos assentados também trouxeram a importância da união para resistir a processos como reintegração de posse, destacando que esta deve ser contínua, pois a “luta ainda não acabou”, uma vez que as famílias ainda não possuem a posse da terra, houveram falar também de que a luta coletiva deveria ser um processo contínuo que se estende para além da conquista da terra.

Segunda Visita – O ECGR como Fonte de Esperança

Uma análise do material coletado na segunda visita revela que os assentados receberam a apresentação do novo ECGR de maneira positiva. A palavra mais escrita pelos assentados nas folhas de papel foi “esperança” (Figura 1b), geralmente se referindo à esperança de receberem o título da terra. Os assentados também ressaltaram que esperam que a recomendação do novo ECGR pela permanência das 37 famílias seja levada em consideração.

“(Temos) esperança que sejamos legalizados e que permaneçam as 37 famílias que sempre estiveram nessa luta, que este apoio que estamos tendo com este estudo ECGR nos ajude a realizar o sonho”

Além da esperança de receber o título, os participantes apontaram a morosidade do processo e a expectativa de que ele avance mais rapidamente de agora em diante. Alguns participantes relataram que, além do tempo investido, houve investimento de recursos financeiros, com alguns se desfazendo de outros bens para que pudessem se estabelecer nos lotes do assentamento. Embora não tenham escrito nas folhas, os participantes relataram verbalmente que a morosidade do processo resulta em evasão de assentados, especialmente os mais jovens. Outro aspecto reportado verbalmente é o desgaste físico do trabalho no campo sem recursos, levando alguns assentados ao adoecimento.

“Minha opinião é que o processo é muito lento, 20 anos é uma vida. Mas onde tem luta tem vitória.” ---“Processo bastante lento, gastos, desafios, entre outros, (O ECGR) representa parte de todas estas etapas até o momento.” ...“O processo em si é lento, com muita esperança que após o novo estudo ECGR conseguimos avançar e com muita fé e esperança vamos vencer.”

A legalidade também foi discutida pelos assentados, geralmente no sentido de que esperam que a situação ilegal de ocupação da terra seja regularizada através da obtenção do título. O tema legalidade também foi discutido em relação às comercializações legais de produtos agrícolas, uma vez que estas não podem ocorrer sem a obtenção do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Atualmente, a ausência do título de posse é uma barreira para que os assentados do PA Terra Firme obtenham a CAF. Outra questão discutida foi o acesso a direitos. Uma análise do conteúdo das falas evidencia que os assentados se percebem em uma condição de privação de direitos e que a obtenção do título de posse é um passo importante para reverter esse quadro.

“Esperamos que com o apoio da universidade, com outras instituições ONG, cooperativas, poderemos [...] legitimar os nossos direitos, pois, através dele podemos ter políticas públicas.”
...“(Temos) esperança que vamos conseguir vencer a luta, com todos os direitos.”



Figura 1. Nuvens de palavras geradas a partir das dinâmicas realizadas com os produtores. A) Nuvem de palavras formada com base nas 36 respostas dos assentados sobre suas expectativas durante a primeira visita para a realização do ECGR. B) Nuvem de palavras formada com base

nas 18 respostas dos assentados sobre suas expectativas durante a segunda visita para a realização do ECGR.

CONCLUSÕES

Com base nas experiências relatadas pelos assentados, este trabalho contribui para o entendimento das complexidades inerentes ao processo de reforma agrária e a importância de uma abordagem integrada e contínua para o fortalecimento dos assentamentos rurais. A análise das percepções dos assentados do PA Terra Firme revela não apenas os desafios enfrentados, mas também as esperanças e aspirações de uma comunidade que, mesmo após duas décadas de luta, mantém a determinação de conquistar a legalização de suas terras e a viabilidade de suas atividades produtivas.

AGRADECIMENTOS

Durante a elaboração deste estudo, ZOS recebeu uma bolsa de Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação da FAPEMIG (ID - APQ-04214-22). Os autores agradecem à comissão técnico-científica responsável pela elaboração do ECGR pelo trabalho de sistematização das informações históricas do assentamento. Agradecemos também a todos os estudantes, técnicos e funcionários do CIEPS que de alguma forma auxiliaram na coleta dos dados deste trabalho.

REFERÊNCIAS

FERREIRA NETO, José Ambrósio *et al.* A população local e a percepção dos impactos dos assentamentos rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, p. 153-164, abr. 2012. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/588/281>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MACEDO, Marcelo Hernandez. Entre a **Mana**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 473-497, out. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-93132005000200006>.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa. *Revista Pesquisa e Debate em Educação*, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 31 dez. 2020. Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://dx.doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.